

O AMIGO DO POVO



Preço: R\$1,00

Jornal anarquista e sindicalista revolucionário

ANO II Nº 6

oamigodopovo@inventati.org

www.oamigodopovo.noblogs.org

Brasil central, Jul/Ago/Set de 2023

França: da greve contra a reforma da previdência à rebelião contra a polícia

Antonio Galego

O assassinato pela polícia de um jovem de 17 anos de origem argelina, Nahel M., reascendeu uma onda de protesto na França. Os trabalhadores franceses e imigrantes que tomaram de conta das ruas e paralisaram setores estratégicos da economia no início do ano contra a reforma da previdência de Macron, retomam nos meses de junho e julho para denunciar o racismo e a violência policial.

Para se ter dimensão da revolta popular, entre a noite de 27 para 28 de junho e a de 3 para 4 de julho, houve oficialmente 12.031 veículos queimados, 2.508 prédios incendiados ou degradados, incluindo 273 instalações da polícia nacional, municipal e gendarmaria, 105 prefeituras incendiadas ou degradadas, 168 escolas atacadas. 722 policiais ficaram feridos. Os órgãos do Estado e da civilização burguesa não foram perdoados.

Frente a isso o governo publicamente pediu calma aos indignados e vociferou por “democracia” e justiça, mas por outro lado aprofundou a repressão para tentar calar a revolta. Houve uma caça às bruxas e 3.625 pessoas em todo o país (incluindo 1.124 menores) foram detidas. Além disso houve ameaças de limitar ou cortar o acesso às

redes sociais com a desculpa de que postagens estariam incentivando a violência durante os protestos.

A revolta teve como a sua principal base os bairros periféricos e os jovens imigrantes. A rápida expansão e radicalização mostrou que a morte de Nahel foi o estopim de uma indignação de anos frente à incapacidade dos governos franceses ditos “progressistas” em garantir condições dignas de vida para as massas populares.

Além de apoiar a revolta na França, é fundamental entendermos que: 1) Os métodos de ação direta tem sido criminalizados lá e aqui como atos “terroristas” e “antidemocráticos”, isso é uma política internacional; 2) A criminalização tem sido acompanhada de medidas repressivas e de controle social, tal como a regulamentação das redes sociais; 3) Em 40 anos a polícia francesa matou 800 pessoas, em apenas um ano (2020) a polícia brasileira matou 6.424 pessoas. Ou seja, há pontos em comum e outros não. O fato é que o povo brasileiro tem motivos de sobra pra seguir o exemplo francês. ■

EDITORIAL

POR UM MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA AO GOVERNO LULA!

Esse primeiro semestre foi essencial para o PT reconquistar a confiança da burguesia. Medidas que beneficiam as frações da burguesia agrária, industrial e financeira foram tomadas rapidamente: incentivo fiscal para a indústria automobilística; o plano safra 2023/2024 é o maior investimento estatal no “agronegócio” da história (27% maior que 2022); inauguração da Ferrovia Norte-Sul e lançamento da Oeste-Leste, todas voltadas à exportação de grãos e minérios; o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária aprovados por todos os partidos da ordem.

A tese do Marco Temporal, maior ataque aos direitos indígenas, que não havia sido aprovado nos governos anteriores passou com facilidade sob o governo Lula graças aos votos da base governista da direita e extrema-direita. Os votos da esquerda e da “bancada do cocar” de nada adiantaram.

Mais que discursos ou leis, tais medidas anunciam o aumento da riqueza e do poder dos ricos. E quem vai sofrer? Os de sempre, os trabalhadores. Não é hora de perder tempo com bancadas parlamentares ou polêmicas morais. Chega de pequena política. É hora de opor ao projeto burguês em curso uma verdadeira resistência popular. ■



Antônio Galego

Nenhum pneu queimado, nenhuma agitação em quartel ou qualquer alarde de setores da burguesia nacional ou internacional, assim foi sentenciada por um órgão máximo da justiça burguesa (TSE) a inelegibilidade de Jair Messias Bolsonaro até 2030, um “mito” para alguns, um “facínora” para outros. O motivo? Pí-fio. Tamanha semelhança política não poderia ser maior do que os motivos e a impotente mobilização quando do impeachment de Dilma e da prisão de Lula.

O fato é que uma peça está fora (temporariamente) do tabuleiro eleitoral. Quem o colocou pra fora não foi o movimento popular, mas um órgão máximo da justiça burguesa, com a anuência dos demais poderes constitutivos do Estado, inclusive da própria direita conservadora e ultraliberal. A burguesia que apoiou Bolsonaro vê seus interesses econômicos e políticos satisfeitos e continuados pela política do atual governo Lula/Alckmin. Esse é o fato. Não há (para o povo) nenhuma vitória aí.

Analisando tal decisão frente aos grandes desafios do nosso povo hoje, onde Bolsonaro já perdeu as eleições, não é governo, tal decisão só pode se tornar uma “cortina de fumaça” para requestrar artificialmente a polarização política entre Lulismo x Bolsonarismo. Fortalece a ideologia lulista e liberal-republicana do governo atual. De fato, não garante em nada que o futuro da classe trabalhadora será melhor ou “menos pior”.

Que a esquerda governista (PT, PCdoB, PSOL, etc.) comemore nas redes sociais como uma “vitória” já é o esperado do seu jogo em defesa do sistema. Mas que setores anarquistas, sindicalistas revolucionários, socialistas entrem na agenda lulista de comemorações, requestrando um “fora Bolsonaro” a reboque das instituições burguesas é realmente uma incidência criminoso no erro, independente do tom mais “radical” que se dê a essas comemorações (“inelegível é pouco”, etc.). O que precisamos hoje é uma oposição forte, classista e combativa ao governo atual e de luta contra as classes dominantes, com greves e protestos pelas reivindicações populares e contra a exploração capitalista. ■

Jiren D.

“No conflito social, não há verdade comum para as classes exploradas e para as classes exploradoras. (...) A verdade deles não é a nossa” - Victor Serge.

Está em debate no parlamento burguês um projeto de lei que visa regulamentação das plataformas digitais, que pretende supostamente controlar as fake news e o discursos do ódio, etc., o projeto fortaleceria a “democracia no Brasil”.



Assim como outros temas nacionais, esse vem sendo disputado pela polarização da pequena-burguesia de esquerda e da pequena-burguesia de direita. Os primeiros defendem o projeto como forma de barrar o discurso de ódio e os ataques ao Estado democrático de direito, os segundos acusam o projeto como forma de censura e ataque à liberdade de expressão e que o Brasil estaria a caminho de uma “ditadura comunista”.

Com essas disputas de narrativas, qual deveria ser o posicionamento correto dos anarquistas e revolucionários? Devemos apoiar o maior aumento do controle e da repressão do Estado mesmo que seja para supostamente combater a “extrema-direita”?

A resposta é não. A PL da Fake News abre brecha para criminalização dos setores revolucionários. Entre os principais pontos do projeto estão a questão da incitação da violência, e do ataque ao Estado democrático de direito nas rede sociais,

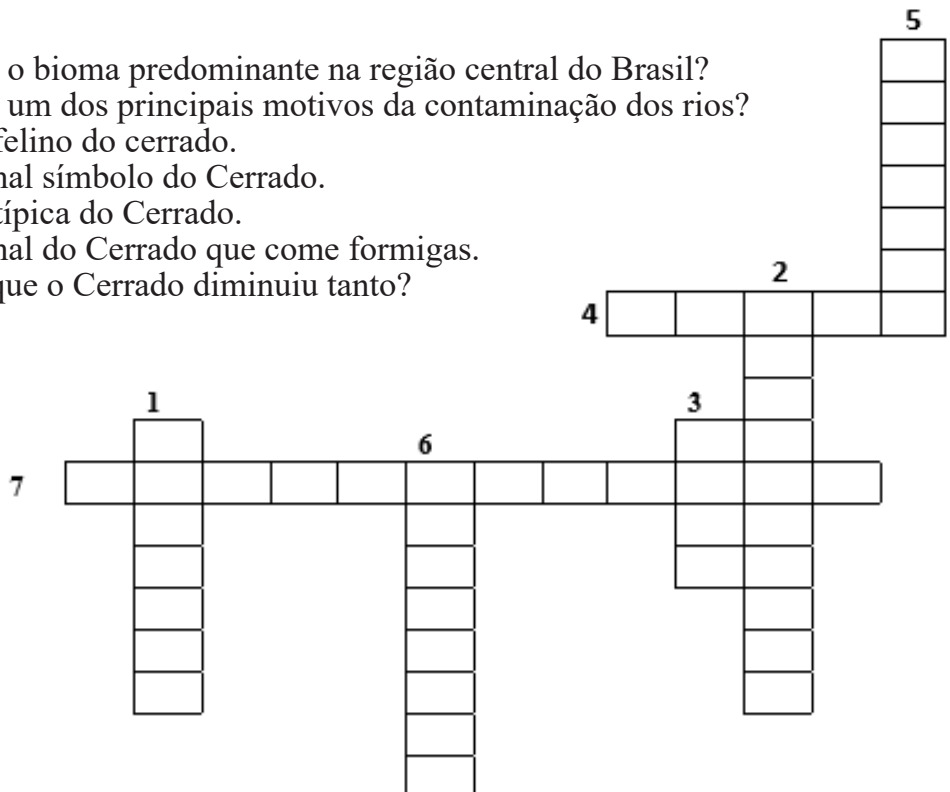
hoje quem vem sendo alvo é extrema-direita, mas no futuro poderia ser os anarquistas, como em 2013-2014 quando os mesmos foram criminalizados pela incitação à violência nos protestos de Junho 2013 e contra a Copa do Mundo 2014.

O Estado Burguês tem sua agenda própria, vai usar todo o aparato institucional para reprimir todas as oposições políticas, da mesma que a nova direita e as Big Techs também tem sua agenda própria seja para fins eleitorais ou para lucro das multinacionais. Os anarquistas e revolucionários também tem sua agenda própria, em momento nenhum devemos defender o fortalecimento dos mecanismos de repressão institucional do Estado, e nem defender o Estado democrático de direito.

Mas como combater a cultura de ódio e os ataques de ódios da chamada “extrema-direita” que pode ter consequência nas massas populares? Com mais luta e organização, o nosso poder vem da organização popular, seja para autodefesa de classe e disputa de consciência, assim a massas populares vão aprender com através da sua própria experiência o que é verdade para o povo e não cair em engodos da polarização burguesa do país. ■

Cruzadinha sobre o Cerrado

- 1 - Qual o bioma predominante na região central do Brasil?
- 2 - Qual um dos principais motivos da contaminação dos rios?
- 3 - Um felino do cerrado.
- 4 - Animal símbolo do Cerrado.
- 5 - Ave típica do Cerrado.
- 6 - Animal do Cerrado que come formigas.
- 7 - Por que o Cerrado diminuiu tanto?



O NOVO ARCABOUÇO FISCAL DE HADDAD E A VITÓRIA DA AUSTERIDADE

Camilo



Um dos argumentos mais utilizados pelo PT e por Lula desde 2016 até a eleição de 2022 consiste em denunciar o impeachment da Dilma, a perseguição por parte da Lava-Jato, a prisão de Lula e sua decorrente impossibilidade de concorrer ao pleito de 2018, como partes de um avanço primeiro da direita tradicional (PSDB e partes do PMDB) e, em seguida, da extrema-direita bolsonarista sobre os direitos sociais garantidos pela Constituição de 88 e os programas redistributivos de renda criados em seus governos. O então candidato Haddad, ao final do primeiro turno da eleição de 2018, defendeu o que o PT era a última salvaguarda da Constituição de 88. Agora, na posição de ministro da fazenda, Haddad dá continuidade e promove um frontal ataque contra aquilo que havia prometido defender. Corretamente, o PT havia apontando que o Teto de Gastos do Temer é uma medida que visava e que teria êxito em pôr abaixo o acordo social expresso em 88. Uma vez no governo, contudo, o PT altera seu discurso original e passa a exercer o mesmo papel que havia denunciado dos seus adversários. Vamos capitular brevemente o que está em jogo.

No que é consiste a Constituição de 88? Os gastos públicos sociais em educação, saúde e previdência passariam a crescer a fim de que os serviços públicos fossem universalizados e se constituíssem em uma espécie de salários indireto dos trabalhadores, que agora poderiam usufruir de serviços públicos gratuitos como o SUS. Embora essas promessas tenham ficado apenas no papel e suas realizações foram um tanto quanto insuficientes, a Constituição de 88 garante que esses gastos

sejam obrigatórios, isto é, que não possam ser alterados a menos que se mexa na própria Constituição. Nenhum governo, por força da sua vontade, pode contrair os benefícios previdenciários sem que isso passe por uma emenda constitucional no Congresso. Esse dispositivo limita a capacidade de políticas neoliberais de implementarem corte no orçamento social e torna muito mais penoso o processo de realizá-las.

O Teto do Temer foi o golpe mais duro contra os direitos sociais no Brasil desde 1988. De acordo com a emenda Constitucional 95, aprovada no Congresso em novembro de 2016, os gastos públicos foram congelados por vinte anos. Isso significa que o aumento do orçamento total do governo federal só poderia crescer de um ano após o outro de acordo com a inflação vigente no período. Segundo se imaginava pelos defensores do teto, à medida que a arrecadação do governo aumentasse, todo novo recurso seria destinado unicamente para o pagamento da amortização e juros da dívida pública. Não mais seria possível expandir os gastos com saúde e educação, por exemplo, a menos que outro componente do orçamento público fosse cortado. No entanto, boa parte do orçamento federal destina-se ao pagamento das pensões dos trabalhadores aposentados. Como existe uma tendência de crescimento vegetativo dos gastos previdenciários, que ocorre conforme mais trabalhadores naturalmente se aposentem, todos os demais gastos precisariam em alguma momento serem contraídos. E, de fato, ao contrário do que os defensores do teto alegavam quando da sua aprovação, os orçamentos da saúde e educação foram substan-

cialmente contraídos entre 2016 e 2022, algo que todos nós sentimos na pele. E, mais: não houve nenhuma recuperação econômica no período em termos de crescimento dos empregos e muito menos de salários.

O Novo Arcabouço Fiscal (NAF) do governo Lula e desenhado pela equipe de Haddad no governo é, a despeito do que dizem seus defensores, uma continuidade do governo Temer. A diferença fundamental é que o gasto público total pode crescer acima da inflação. O gasto poderá se expandir em 70% do crescimento da arrecadação federal. Caso a arrecadação não cresça em nada, os gastos ainda poderão crescer 0.6%. Se a arrecadação obtiver um resultado muito positivo, no entanto, os gastos só podem crescer em 2,5%. Essas taxas de crescimento são muito baixas para atender a demanda real dos trabalhadores pelos serviços públicos. Basta notar que, nos governos Lula I e II, o crescimento dos gastos foi da ordem de 75% - muito acima do melhor cenário de Haddad. No caso hipotético que a economia volte a crescer, 30% da arrecadação igualmente terá que se destinar para pagar juros da dívida pública. Como o setor público possui um papel relevante para impulsionar o mercado interno igualmente, é de se esperar que não haja um alívio no desemprego. Some-se a isso que em algum momento será necessário cortar esses gastos para acomodar o peso da previdência. Ainda que mais ameno, ao final, o NAF acaba por realizar o mesmo objeto original do governo Temer - um ataque aos direitos dos trabalhadores. ■

COMUNIDADE RURAL DE CATALÃO PROTESTA CONTRA GIGANTES DA MINERAÇÃO!

Jiren D.

No último dia 23/05 ocorreu uma manifestação de moradores de comunidades rurais da cidade de Catalão no interior de Goiás contra os impactos ambientais, sociais e financeiros causados pelas mineradoras CMOB Brasil e Mosaic Fertilizantes na região. Os manifestantes bloquearam a GO-504 que dá acesso à sede das empresas.

Os camponeses denunciam que as Empresas com intuito de expandir suas operações, comprando novas propriedades na região, vem oferecendo valores bem



abaixo do mercado, e caso o proprietário não aceite a proposta as empresas estariam entrando na justiça para obrigar os moradores a aceitarem a proposta.

Os moradores reivindicam um parâmetro

de valor mínimo para as propriedades, a não judicialização das vendas, garantia do emprego da população local nas empresas e o investimento das empresas em serviços básicos da comunidade como saúde e educação.

O jornal Amigo do Povo se solidariza com a luta dos moradores das comunidades rurais de Catalão contra as Mineradoras. Mais do que nunca é importante o fortalecimento e solidariedade das lutas do campo e da cidade contra essas empresas capitalistas que só causam destruição e exploração do povo e da natureza no nosso cerrado! ■

ANARQUISMO E A QUESTÃO DO IMPOSTO

Antonio Galego

Influenciado de um lado pelo reformismo e republicanismo burguês que domina a esquerda brasileira, e por outro pelas doutrinas neoliberais e rentistas que dominam a direita e os governos de fato desde os anos 90, o debate sobre a questão do imposto perdeu quase completamente um contraponto da crítica socialista revolucionária. Palavras de ordem como “taxação das grandes fortunas”, “redução da taxa de juros”, “impostos é roubo”, etc. se tornaram mantras das disputas entre frações burguesas do Estado.

As massas populares, ameaçadas diariamente em suas condições de vida, se veem órfãs de uma ideia que expresse o seu instinto de revolta contra as pesadas taxas que lhe rouba o Estado, ou seja, se vê desarmada de uma crítica socialista ao sistema fiscal. O objetivo desse pequeno texto é retomar algumas bases teóricas desde um ponto de vista proletário e revolucionário.

O surgimento do imposto, da polícia e das classes improdutivas

A literatura socialista em geral possui uma série de estudos sobre o surgimento das sociedades de classes. Neles o papel da criação de um sistema de imposto e polícia que garanta a existência de classes e instituições sociais desvinculadas, ou melhor parasitárias, do processo produtivo é fundamental. Como disse o socialista Proudhon: “Mas se o proletário não jejua para alimentar a César, o que César comerá? E se o pobre não rasgar seu próprio manto para cobrir a nudez de César, como César se vestirá? Eis a questão, questão inevitável, que temos que resolver.”

Proudhon fala inclusive que não se deve separar a questão do imposto e da polícia. Assim, o imposto está na gênese do Estado que historicamente se fundamenta na exploração econômica e dominação política das massas trabalhadoras por uma minoria privilegiada (seja ela de escravistas, nobres ou burgueses).

O imposto é a expropriação dos trabalhadores através do Estado a serviço das classes dominantes. Está vinculado à guerra e a conquista. Não é uma riqueza “de todos”, um “fundo público” a ser redistribuído socialmente. Da mesma forma a polícia não surge pra “garantir

a paz de todos” e sim proteger as classes dominantes. Essa é a origem e a natureza do imposto. É uma das formas mais primitivas de roubo do excedente do trabalho para sustentar uma classe parasitária e suas instituições.

A ilusão reformista do “Estado Protetor”

Com a expansão das formas estatais democráticas e republicanas, a ideia de que as várias instituições do Estado burguês podem ser “disputadas” em benefício das massas populares tem sido divulgada, omitindo os limites dessa disputa. O principal representante dessa ideologia democrático-burguesa no Brasil é o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus satélites.

Reformar o sistema de tributos, defender os impostos como instrumento de transformação

me de defender e construir instituições propriamente proletárias (conselhos, assembleias, etc.) que possam se opor às instituições burguesas sejam elas estatais ou empresariais.

A taxação das grandes fortunas e suas ilusões

Uma das principais pautas da esquerda reformista é o Imposto sobre Grandes Fortunas, ou Imposto Progressivo. A base da argumentação, além da busca da solução da “crise fiscal” do Estado, é de ordem moral: os ricos também devem pagar. Tal medida “radical” seria necessária para reduzir a desigualdades sociais. Quanta ingenuidade!

Para os marxistas reformistas a análise se baseia no Manifesto Comunista, onde Marx/Engels defendem “uma pesada tributação progressiva”. No entanto, em outros escritos Marx e outros marxistas criticam os impostos. Em “As Lutas de Classes em França”, por exemplo, Marx afirma que: “o imposto progressivo não é apenas uma medida burguesa, realizável em maior ou menor grau dentro das relações de produção existentes; era o único meio de amarrar as camadas médias da sociedade burguesa à república ‘honesta’, de reduzir a dívida do Estado, de dar cheque à maioria anti-republicana da burguesia”. Não à toa, no Fórum de Davos desse ano mais de 200 milionários lançaram um manifesto pela taxação. Mas o marxismo, por seu etapismo e estatismo, permanece ainda nessas contradições.

Por outro lado, os anarquistas foram responsáveis historicamente por uma crítica mais radical à reforma tributária, tanto teoricamente (anti-estatismo), programaticamente (negando a necessidade da “etapa democrático-burguesa”), quanto estratégica (pois negavam que as organizações operárias deveriam se envolver nas reformas burguesas do Estado).

Em seu livro “Sistema de Contradições Econômicas”, Proudhon sentencia: “O imposto dito progressivo é no máximo capaz de alimentar as tagarelices dos filantropos e que não tem valor científico algum. Com ele nada muda na jurisprudência fiscal: será sempre, como diz o provérbio, o pobre quem carregará a cangalha e sempre o rico será objeto das solicitudes do poder.”

Anos depois Neno Vasco falou sobre a dife-



social e fortalecimento do Estado são alguns elementos do programa petista assumidos como “consenso” por quase todos os partidos da esquerda. Pouca ou nenhuma crítica é feita. Uma das consequências é a supervalorização do papel transformador das “políticas públicas”, da educação, da ciência e da cultura, em detrimento da organização das forças coletivas da massa trabalhadora.

Diretamente relacionado a defesa do imposto, as empresas e instituições estatais (chamadas de “públicas”) se tornaram um modelo a ser seguido pela esquerda. As empresas privadas são criticadas. Nesse maniqueísmo simplista (estatização ou privatização como fins em si mesmos) a esquerda omite a natureza de classe do Estado e suas instituições. E o pior, se exi-

rença estratégica entre as lutas populares reivindicativas e as reformas burguesas: “As reformas tributárias e aduaneiras, os equilíbrios financeiros, etc. são coisas da alçada da burguesia e que só podem interessar os iludidos operários arrebanhados atrás de um messias político. Não quer isto dizer que devam ser desprezados os melhoramentos imediatos de situação; quer dizer que operariado não deve sair do seu terreno próprio nem correr atrás de ilusórias reformas legais, que só servem para o desorientar, para dividir e desorganizar”. Não é essa a consequência da campanha da “esquerda” pela reforma tributária e pela redução da taxa de juros?

Por fim, falemos sobre o caso argentino. A Argentina em 2022, ao passo que fazia um ajuste fiscal e acordos com o FMI, ampliou os impostos sobre grandes fortunas. Como destinação dos tributos arrecadados a maior parte (25%) vão para a exploração de gás natural. A maioria do gás está em território Mapuche! Outra parte (20%) vai para as “pequenas e médias” empresas, de até 200 funcionários! Ou seja, a taxação retorna à burguesia através de investimentos estatais para a acumulação capitalista. Poderia ser diferente num Estado burguês?

A propriedade é um roubo! O imposto é um roubo!

Naturalizar a ideia da verba estatal como um “fundo público”, ou seja, um recurso de “todos”, é uma mistificação da natureza de classe do Estado e do imposto em particular. Que o imposto roubado dos trabalhadores retorne a eles na forma de serviços públicos (precários e desumanos, digna-se de passagem) não é uma confirmação da função “democrática” do Estado, assim como o salário não é a confirmação do espírito humanista dos patrões. Os chamados “serviços públicos” (educação, saúde, cultura, ciência, justiça, polícia, etc.) tem uma função estrutural tão reprodutora do sistema capitalista quanto o salário tem na reprodução da mão de obra.

Dito isso, que os trabalhadores reivindiquem maiores salários, direitos e serviços públicos é muito bom, essas lutas devem ser organizadas e radicalizadas para que alcancem melhorias concretas na vida das massas. No entanto, nenhuma instituição burguesa ou estatal deve ser sacralizada. Por detrás do sistema de assalariamento e de “serviços públicos” está a propriedade priva-

da dos patrões e o monopólio da violência pelo Estado, que garantem respectivamente o lucro e o recolhimento dos tributos. Lucro e imposto, duas formas distintas mas complementares de expropriação da riqueza produzida pelo trabalhador em benefício das classes dominantes e da continuidade do sistema.

Assim, ao fim e ao cabo, levar até as últimas consequências a luta pela emancipação dos trabalhadores (que surge embrionariamente nas greves e reivindicações materiais), reconhecendo que o trabalho é o criador de toda a riqueza, e que, portanto, toda essa riqueza deve ser retomada e controlada diretamente pelos trabalhadores, é um grito revolucionário não apenas contra a propriedade privada mas também contra o Estado e suas instituições. Os revolucionários devem ter a coragem de dizer e explicar aos trabalhadores tanto o porquê a “propriedade é um roubo” quanto porquê o “imposto é roubo”, e qual a relação existente entre esse duplo roubo sofrido pelos trabalhadores. Isso é o que distingue a política socialista-revolucionária da política reformista ou liberal. ■

Memória candanga

A REVOLTA DAS LAVADEIRAS DE TAGUATINGA

Érico

Em 1960 um grupo de mulheres trabalhadoras protagonizou uma das primeiras revoltas da cidade. Elas habitavam, junto com suas famílias, num acampamento provisório da Novacap, em Taguatinga (DF). O terreno foi cedido para a moradia provisória dos operários da construção, face a ilusão de que os “candangos”, homens e mulheres migrantes, habitariam o Plano Piloto de Brasília.

Dada a situação provisória do acampamento, as moradias sem infraestruturas contavam apenas com uma bomba d’água comunitária que distribuía aos barracos água para tanques, chuveiros e torneiras. A bomba foi doada por Sarah Kubistchek, cedendo ao pedido dos moradores do acampamento. Enquanto isso, Israel Pinheiro, à época prefeito de Brasília já possuía parreiras na Granja do Ipê (região entre Riacho Fundo e Núcleo Bandeirante), residência oficial e propriedade que habitava. Sem estrutura para irrigar sua plantação, ele ordenou que os encarregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) expropriassem do acampamento a bomba d’água doada aos trabalhadores.

Foi então que durante uma noite, Josefina Rocha Orlando notou a falta d’água repentina e saiu a verificar, quando encontrou os homens da Novacap retirando canos PVC da estrutura da bomba d’água. Imedi-

diram, em seguida, fazerem vigília. De manhã quando os homens da companhia chegaram, elas, com paus e porretes em mãos, avançaram sobre eles na tentativa de impedir que a expropriação se desse.

Na época, a cidade em construção contava com a Guarda Especial de Brasília (GEB), instituição ligada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, corja policial que oprimia os trabalhadores no Planalto Central. A GEB então foi chamada para conter o motim, e novamente, sem temer qualquer furor, as mulheres se mantiveram firmes em defesa da permanência da bomba d’água no acampamento, expulsando com gritos e porretes os policiais de lá.

Sabendo da revolta das lavadeiras em Taguatinga, o senador Auro de Moura Andrade em exercício do poder devido a vacância de João Goulart, ordenou que levassem as mulheres até os palácios do poder, onde elas reivindicaram que Sarah Kubistchek assinasse um documento declarando a posse da bomba aos moradores do acampamento.

Esse simples exemplo de ação direta de trabalhadoras em Brasília foi retratado nos cinemas num curta-metragem dirigido por Armando Lacerda. ■



Cena do filme “A Revolta das Lavadeiras” de 1982

tamente Josefina, aguerrida, saiu a bradar no acampamento, denunciando a injustiça, e convocou a reunião das mulheres. Deci-

ALGUMAS LIÇÕES DA GREVE DOS PROFESSORES DO DF

Aurora e Antonio Galego



No dia 04 de maio foi iniciada a greve dos professores do Distrito Federal. Ela ocorreu em um contexto diferente das anteriores, se deu contra a vontade da direção do sindicato (Sinpro/CUT). Mesmo com sistemáticas falas contrárias e inclusive com tom acusatório contra os defensores da greve a ampla maioria dos professores decidiu pela adesão ao movimento paredista, reivindicando a recomposição salarial e melhores condições de trabalho. O movimento surpreendeu pelas assembleias massificadas e pela participação ativa nos piquetes.

Entretanto, a surpreendente massificação e anseio da base pela vitória não se traduziu em uma condução condizente. A diretoria do Sinpro (PT e PCdoB), se utilizando de suas estruturas centralizadas, conseguiu quase a totalidade de delegados no comando de greve, restringiu as falas da oposição, deixando-as para momentos de pouca importância. Conduziu uma greve sem energia e sem inovação, entediante, baseada em apenas quatro táticas: assembleias semanais, piquetes de convencimento, pressão parlamentar e atos pontuais. Nesse aspecto foi muito pior em termos de métodos do que as greves de 2015 e 2017.

Entretanto, por mais que esta greve tenha demonstrado de forma mais nítida a existência de duas velocidades na categoria: o marasmo da burocracia sindical e o desejo de mobilização da base, isso não se traduziu em uma nítida oposição base-direção. A habilidade discursiva e a capacidade de controle dos instrumentos de greve, combinadas com a falta de linha das oposições, fez com que a direção de opositora à greve, assumisse a dianteira do processo de condução da mesma.

Em meio a esse contexto as oposições (PCO, PSOL, PSTU, SIGA-FOB, Esquerda Autônoma, etc) demonstraram uma dificuldade de se impor, de se diferenciar da diretoria. Nessa greve para um professor novato ou para um professor comum era difícil diferenciar a diretoria da oposição. As pautas e temas centrais elegidos pelas oposições se esquivavam de estabelecer críticas estruturais à burocracia sindical. Ao invés disso estabeleceram prioritariamente uma dinâmica “propositiva” e pouco efetiva. Elencamos aqui quatro principais erros que apontam uma linha incorreta das oposições:

- 1) Priorizaram mobilizar estudantes secundaristas e universitários para apoiar e “massificar” as mobilizações dos professores;
- 2) Como agitação focaram na condução da “fanfarra”, que agregava até mesmo apoiadores da diretoria sindical, para impulsionar a agitação pré e pós assembleia e nos atos comportados direcionados pela diretoria;

- 3) Elegeram o governo Ibaneis como o principal alvo das denúncias, ao invés da burocracia sindical;

- 4) Centraram como pauta principal de mobilização a construção da marcha pela educação.

Cada um desses pontos não se constitui em si em um problema, articulados com uma linha geral classista e combativa podem fazer sentido, mas da forma como foram encaminhados pelas oposições não cumpriram nem a missão de desmascarar a diretoria, nem de mobilizar efetivamente a base a partir de uma lógica de oposição.

Por exemplo, a fanfarra pode ser utilizada como meio de agitação, mas é importante que ela tenha como foco fazer ecoar palavras de ordem da base e da oposição, setores que não tem direito a voz no carro de som, nas assembleias. Entretanto, no momento mais crucial, onde a direção pautou o fim da greve, e censurou as falas de oposição no carro de som, a fanfarra era praticamente inexistente. Se encontrava fragmentada e frágil, pois anteriormente vinha unindo oposição e apoiadores (“claque”) da direção de uma maneira frouxa. Em momentos de agitação nos atos, a claque se unia, mas nos momentos de fortalecer uma política de base que chocava com interesses da diretoria a claque abandonou o barco.

Outro ponto se refere ao foco em denunciar o Ibaneis. A princípio esta é uma tática válida e importante, mas em meio a greve as críticas ao governo ocupam um lugar comum entre os professores, são feitas tanto pela direção, quanto pela oposição e pela base. Uma política de oposição deve sim criticar o governo, mas deve dispende energia contra nossos opositores imediatos, isto é, a direção sindical! Ela é a força auxiliar do governo e a primeira barreira que temos que enfrentar para garantir nossas lutas e vitórias, é a direção que cumpre o papel de desmobilização e é nela que a categoria dispende suas maiores ilusões.

O mesmo podemos dizer sobre as outras duas táticas. Tanto a mobilização de estudantes quanto a construção de uma marcha pela educação são interessantes. Mas por que focar em mobilizar o apoio estudantil quando sequer temos uma oposição sindical forte e combativa que consiga enfrentar efetivamente a diretoria pelega? Não estaríamos construindo a casa pelo telhado, buscando uma ilusão de quantidade quando devemos fazer antes nosso dever de casa, ou seja, construir uma política de oposição séria na categoria? Bem, se tivéssemos uma adesão massificada e combativa dos estudantes que se junta-se com uma oposição sindical igualmente massificada e combativa, aí sim seria possível

pressionar e até encaminhar, a despeito da diretoria do Sinpro, a marcha pela educação e muitas outras coisas. Mas esse não era o caso. Tampouco isso se traduziu em um ganho organizativo para os estudantes, visto que o foco era o apoio aos professores. A diretoria pelega chegou a agradecer o apoio estudantil na assembleia de fim de greve, que ao fim não ameaçou em nada a supremacia da diretoria.

Nós, do Amigo do Povo, sabemos que existem limites na própria categoria dos professores que tornam certas ações mais difíceis do que em outras categorias, entre elas: o espírito cidadão, que gera uma tendência a não extrapolar os limites do legalismo, confusões entre consciência de classe e consciência corporativa, clivagens internas – jovens e aqueles com mais tempo de carreira, efetivos e temporários. Já os debatemos em outras ocasiões. Entretanto, acreditamos que uma atuação junto aos professores deve priorizar: 1) atacar os mecanismos de poder do Sinpro que mantém a intocabilidade dos diretores, o que significa: a) expor em todas as oportunidades as estruturas verticalizadas, b) o centralismo nas instâncias deliberativas e organizativas, c) os mecanismos extraoficiais, como o papel da “claque” no ataque a setores de oposição, o papel dos churrascos e eventos sociais para cooptação, etc; 2) enfatizar a importância do rompimento com a CUT; 3) estímulo a mobilização de base e desmistificação da via parlamentar; 4) trabalhar a consciência de classe (e isso inclui a solidariedade ativa também a setores que não são da educação) em detrimento da consciência corporativista estimulada pela direção sindical; 5) dar centralidade também as pautas dos temporários.

A maior lição da greve é: existe um grande potencial de insatisfação na base que não tem encontrado uma proposta organizativa capaz de canalizar essa insatisfação e vontade de mudança em ações concretas e de força. As oposições tem falhado sistematicamente nessa missão, é preciso corrigir isso. A nossa crítica é construtiva para a oposição, mas absolutamente destrutiva para essa diretoria. Manter uma falsa cordialidade e diplomacia com essa diretoria e suas práticas canalhas que todos veem, só desmoralizam a oposição tida como “comportada”, “parte do jogo”, etc. A diretoria é fraca politicamente e moralmente, mas é forte burocraticamente, essa greve provou isso. O que cabe a nós? Rompamos com as amarras burocráticas, nos liguemos às bases, construamos um programa classista, derrubemos de uma vez por todas esse entulho pelego do Sinpro, aí teremos verdadeiramente uma nova história e uma nova esperança na luta da nossa categoria. ■

O DIA DO CERRADO E OS DESAFIOS AGRÁRIO-AMBIENTAIS DA LUTA DOS POVOS

Aurora

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, correspondendo a mais de 20% da cobertura vegetal do país, ele abriga as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia-Tocantins, além dos principais afluentes das bacias Amazônica e do Prata, por conta desta característica alguns pesquisadores chegam a denominá-la como a “caixa d’água do país”. Xavantes, Kraô-Kanela, Tapuias, Guarani Kaiowá, Terena, Xacriabas, Apinajé -, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, retireiros do Araguaia, vazanteiros, geraizeiros, sertanejos, acampados, assentados, são uma pequena amostra da diversidade de povos que habitam a região há mais de 12 mil anos.

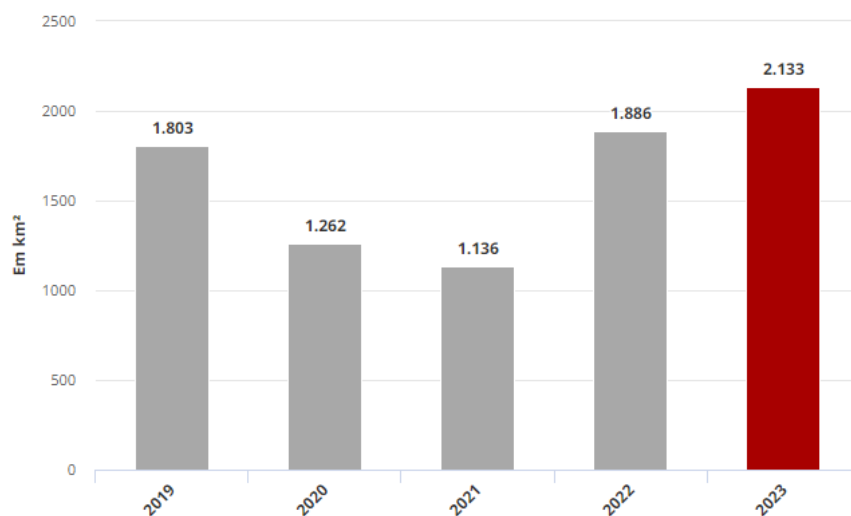
Todo esse potencial hídrico combinado com uma geomorfologia favorável e um discurso de que existe um vazio demográfico fizeram com que o cerrado, de biodiverso, venha sendo cada vez mais substituído pelos desertos da monocultura, do agronegócio, das hidrelétricas e da mineração. As estimativas é que 40% da sua área original já tenha sido convertida em pastagens, campos de monocultura. Nos últimos anos essa devastação tem se intensificado e, em 2023, bateu recorde. Para se ter uma ideia do tamanho da devastação, em 2022 existiam 1886 áreas em alerta no Cerrado, em 2023 esse número subiu ainda no primeiro trimestre para 2133! No mês de maio de 2023 houve um aumento de 83% do desmatamento no Cerrado em re-

lação ao mesmo mês do ano passado.

Existe uma tendência a melhorar? Infelizmente nada aponta para uma mudança substantiva. O governo Lula tem trabalhado em duas frentes contraditórias. De um lado evoca um discurso ambientalista defendendo um suposto “desmatamento zero” e, do outro,

CERRADO: áreas sob alerta de desmatamento entre janeiro e abril (2019-23)*

*Índice de 2023 considera dados até o dia 27 de abril.



Fonte: Deter/Inpe

tem trabalhado intensamente no incentivo à indústria extrativa no Brasil (seja ela mineradora, energética ou o mesmo agroindustrial). Se observarmos os recentes projetos de escoamento da produção anunciados pelo governo (ferrovia norte-sul + ferrovia oeste-leste que vão atravessar o Cerrado), os dados do plano safra (que apontam quase 27% dos recursos destinados a médios e grandes produtores, totalizando mais de 364 bilhões de reais), vemos que a prática está na contramão do discurso ambientalista que o governo diz defender.

Para tentar dar uma resposta aos povos, que sofrem com o avanço do Capital, e atender as demandas ambientais internacionais, Lula vem se utilizando de uma oratória que busca diferenciar um “agronegócio ruim”, do “agronegócio bom”. O primeiro seria devastador, “fascista e direitista”, favorável ao desmatamento e que “acha bom ter arma em casa” (LULA, 2022) enquanto o segundo seria composto por “empresários sérios do agronegócio, que fazem negócios com Europa e China e não querem desmatar” (Lula, 2022). Nessa falsa dicotomia o governo mascara que o verdadeiro problema do desmatamento, da degradação ambiental e da concentração de terras, é o modelo agrário em si. Não existe um latifúndio bom e outro ruim, a não ser na falsa polarização burguesa! O agronegócio é em si um problema! Afinal ele tem como fundamento ser um modelo agrícola baseado em grandes extensões de terra voltadas para o lucro através da exportação. Isso tem como consequência inevitável a concentração fundiária, uma grande necessidade de água para irrigação e, via de regra, um enorme uso de agrotóxicos. Desmatando, desalojando, secando nascentes aqui o agronegócio socializa entre nós suas mazelas e privatiza os lucros em nome de uma pequena quantidade de empresas e acionistas.

É aproveitando esse Dia do Cerrado que chamamos a atenção para mais essa falsa polarização, que mascara os verdadeiros inimigos, e convocamos para que se empreenda uma verdadeira luta ambiental, ou melhor, socioambiental. Esta não deve se pautar em uma natureza abstrata representada apenas em dados distantes de desmatamento ou de “menor emissão de carbono”. Pelo contrário, ela deve estar combinada com uma perspectiva da luta pela desconcentração de terras, pela agricultura voltada para a vida e não para o lucro, por uma relação não predatória dos povos com a natureza. ■

UMA LUTA VERDADEIRAMENTE AMBIENTAL É UMA LUTA PELO FIM DO LATIFÚNDIO E DO CAPITALISMO!

ANIMAIS, MAIS VALIOSOS QUE OS TRABALHADORES?

Érico

A lei 5.756 aprovada em 2016 pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e regulamentada pelo decreto nº 40.336 tem por objetivo proibir e criminalizar a utilização de veículos de tração animal incluídos no processo de catação e frete de resíduos sólidos. A proposta bem estruturada e bem-intencionada, no entanto, não considera a situação de vida imediata dos trabalhadores que buscam por esse meio sua subsistência e sobrevivência.

Não é difícil identificar onde vivem esses trabalhadores, e em quais circunstâncias. Nas periferias da cidade sob intenso trabalho, agora se veem sem saída diante da lei. Certamente fa-



zemos a defesa de que a vida de qualquer ser deve ser respeitada, porém, numa sociedade cada vez mais individualista, antissocial e antioletivista, a preferência em “dar dignidade” a outras espécies

têm prevalecido em detrimento da dignidade do homem. Especialmente tratando-se do trabalho e da sobrevivência.

Em entrevista à imprensa, a subsecretária Danielle Araújo defendeu que pela medida “estamos atendendo às disposições legais e aos anseios da população, que busca o fim dos maus-tratos aos animais e o fim do trânsito dessas carroças em vias públicas, pois acabam atrapalhando o trânsito [...] e mais uma série de complicações” sem sequer mencionar a situação de vida dos trabalhadores catadores e fretistas. Essa preocupação passa longe também do deputado bolsonarista Daniel Donizet (PL), principal defensor da medida e presidente da bancada em defesa dos animais. ■

MÉXICO: OS TERRITÓRIOS ZAPATISTAS À BEIRA DE UMA GUERRA CIVIL

Aurora

Os territórios autônomos zapatista da região de Ocosingo, Chiapas, vem enfrentando diversos intentos de desalojamento por parte de grupos paramilitares. A ORCAO (Organização Regional de Cafeicultores de Ocosingo) é um dos principais grupos que vem protagonizado ataques às comunidades autônomas, em especial as pertencentes a região autônoma Moisés y Gandhi.

Desde 2019 as denúncias se multiplicam. Os zapatistas já tiveram que lidar com a destruição de suas plantações, com a queima da mercearia Arco Íris, tiros direcionados às escolas autônomas, com o sequestro e tortura de membros das comunidades. Recentemente em meio aos intensos tiroteios que assombram a região um promotor de saúde zapatista de 22 anos, Jorge López Sántiz, foi alvejado. A sua situação de saúde ainda é delicada.

Já no município de Huixtan, Chiapas, a comunidade autônoma de Nuevo San Gregorio, sofre com o cercamento de suas terras, do acesso ao rio que abastece as famílias, da escola, com a sabotagem em seu sistema de

irrigação e com intimidações. Esta situação, que perdura desde o fim de 2019, tem impedido as famílias de produzir seu alimento, das crianças frequentarem a escola. O ataque a economia autônoma é severo e teve como consequência o recente desalojamento das famílias que ali viviam.

conflito. O presidente do México chegou a falar que tanto os apoiadores quanto os próprios zapatistas se assemelhavam aos reacionários, que ao chamarem para não votar, quando ele se candidatou, colaboraram com o narco-estado que existia no México até então. O que podemos perceber é que quando se coloca em

curso um projeto autônomo todo Estado, seja ele governado pela esquerda ou pela direita, vai agir de forma a desmantelá-lo.

Como vemos, no México paramilitares e Estado, cada um a seu modo, desempenham um papel contrainsurgente. Diante desse contexto, na primeira semana de junho foi realizado um chamado a solidariedade nacional e internacional e na Cidade do México uma marcha tomou conta das ruas da metrópole. É por isso que defendemos que contra a união dos de cima, devemos fortalecer a

solidariedade entre os de baixo. Nenhum território autônomo e revolucionário a menos! Nós do jornal O Amigo do Povo nos somamos e reiteramos nosso apoio as comunidades indígenas zapatistas! ■

Os zapatistas não estão sozinhos!



Foto: Grande marcha de solidariedade aos zapatistas na Cidade do México.

Em meio a esses ataques sistemáticos aos territórios autônomos os governos federal e municipal “de esquerda” não apenas são omissos frente a essas situações como também vem construindo estratégias de deslegitimação dos zapatistas, ridicularização de seus apoiadores, bem como de minimização do

A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRÁS SEGUE A MESMA NO GOVERNO LULA

Antonio Galego

O Preço Paritário de Importação (PPI) foi uma política arbitrária adotada pela Petrobrás em outubro de 2016 durante o governo Temer (MDB). De 1953 à 2016 a política de preços da Petrobrás seguia outros critérios.

Mas o que é o PPI? Com base no PPI o preço de todo o petróleo e seus derivados (como a gasolina, gás de cozinha, diesel, etc.) consumidos no Brasil são calculados como se fossem importados. Porém, o Brasil tem potencial industrial não só de produzir o petróleo consumido internamente como de exportar excedente. A necessidade de importação é mínima, então por que estipular um preço como se tudo fosse importado quando de fato não é?

Como vem denunciando a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (aepet.org.br), o PPI tem servido para beneficiar a cadeia de importadores de combustível, já que a alta dos preços no Brasil faz com que a impor-

tação (especialmente das refinarias dos EUA localizadas no golfo do México) torne-se viável economicamente, tornando as refinarias brasileiras menos competitivas e gerando uma redução de até 30% da capacidade produtiva delas.

Assim, o PPI beneficia os importadores, as refinarias dos EUA, as distribuidoras, os acionistas da Petrobrás. Todos eles têm se beneficiado das altas dos preços dos combustíveis que na prática prejudica a classe trabalhadora brasileira. É uma política que rouba ainda mais o suor do nosso povo para enriquecer a burguesia imperialista. Sem a política de PPI a Petrobrás poderia estar garantindo preços muito mais baixos à população.

Desde Temer até hoje o PPI vem sendo praticado. Lula assumiu o compromisso de colocar “fim ao PPI”, mas até agora nada, só promessas e mentiras. A direção da Petrobrás anunciou em maio uma diminuição na gasolina



e diesel, mas tal diminuição apenas ajustava valores que estavam ACIMA do próprio PPI. Em maio o diesel estava quase 15% acima do valor do PPI, e em junho 3,2 superior a ele.

Moral da história: a Petrobrás continua praticando preços equivalentes ou superiores aos paritários de importação; o governo Lula mente pro povo e os governistas aplaudem como bobos as novas “fakenews”; a classe trabalhadora segue amargando a carestia de vida pra sustentar o lucro fácil de ricos nacionais e estrangeiros. A vida do povo pode melhorar, os combustíveis podem ficar mais baratos, mas pra isso só há um meio: a luta combativa, sem ilusões com nenhum governo, como nos ensinaram os bravos caminhoneiros em 2018... ■